

Os estudos sobre a educação de bebês no Brasil*

Research about infant/toddler education in Brazil

Elenice de Brito Teixeira Silva¹
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
elenteixeira@yahoo.com.br

Vanessa Ferraz Almeida Neves²
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
vfaneves@gmail.com

Resumo: A partir de pesquisa bibliográfica, analisamos a produção sobre a educação de bebês alocada no *Scientific Electronic Library Online* e no *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* nos últimos dezoito anos. O objetivo é compreender a trajetória de constituição de um campo de estudos e as tendências da produção de conhecimentos sobre bebês em contextos coletivos. A produção

* As autoras agradecem ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora assistente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutorado em Educação pela The Ohio State University (OSU). Professora Associada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do grupo “Estudos em Cultura, Educação e Infância” (EnlaCEI) e membro do “Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Histórico-cultural na Sala de Aula” (GEPSA) e do “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPEI) da Faculdade de Educação da UFMG.

analisada (i) levanta a necessidade de enfrentamento da compreensão do bebê que avance em relação à noção de agrupamento etário; (ii) aponta uma busca pela compreensão acerca do que os bebês fazem quando estão juntos nestes contextos; e (iii) potencializa nossa compreensão do processo de constituição de um campo de estudos sobre bebês impulsionado pela inserção crescente destes sujeitos em instituições de Educação Infantil nas duas últimas décadas.

Palavras-chave: Estudos de bebês; Educação Infantil; Pesquisa bibliográfica.

Abstract: We analyzed the published research on infants/toddlers education allocated on the *Scientific Electronic Library Online* and *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* in the last eighteen years. Our aim is to understand the trajectory of constitution of a field of research and the trends of the production of knowledge about infants/toddlers in collective contexts. The research analyzed (i) raises the need to confront the understanding of infant/toddler that goes beyond the notion of age; (ii) points to a search for understanding on what infants/toddlers do when they are together in these contexts; and (iii) it strengthens our understanding of the process of constitution of a field of studies on infants driven by the increasing insertion of these children in Early Childhood Education in the last two decades.

Keywords: Infant/toddlers research; Early Childhood Education; Literature review.

Introdução

Estudos sobre crianças pequenas, incluindo os bebês, já se fazem presentes desde o século XIX com o trabalho pioneiro de autores como Hypolite Taine, Charles Darwin e William Preyer (GOUVÊA e GERKEN, 2010). Esses estudos, apesar das suas limitações, lançam as bases para a construção de referenciais teóricos que incluem a observação dos processos de desenvolvimento dos bebês e demais crianças. Ao longo do século XX e início do século XXI, observa-se uma considerável expansão das pesquisas e teorias em diversos campos disciplinares que se dedicam ao estudo da criança pequena e de suas infâncias.

A virada epistemológica nas ciências humanas e sociais é essencial para a discussão de um campo de estudos sobre bebês e também para o debate sobre a prática pedagógica. A Medicina, a Psicologia e a Psicanálise, por exemplo, notadamente os trabalhos de Emmi Pikler, Françoise Dolto e Donald Winnicot, contribuíram para a constituição de um campo estabelecido na busca de diferenciação dos bebês em relação às outras crianças. A teoria de Vigotski, embora não se restrinja ao desenvolvimento dos bebês, inegavelmente constitui um marco na Psicologia moderna que difundiu a tese de que a natureza das funções mentais que caracterizam a especificidade humana é histórico-cultural. A ideia de humano como síntese da

relação natureza e cultura (PINO, 2005) é catalizadora dos processos de constituição cultural da criança na relação com seus outros e com a materialidade.

As pesquisas do campo da *Antropologia de bebês* alertam para a necessidade de olhar os bebês sem a primazia das perspectivas dos adultos e acionar suas formas de comunicação próprias, bem como de seus cuidadores (GOTTLIEB; 2012; POURCHEZ, 2013). Esta ligação entre compreensões e práticas de cuidado com os bebês ao redor do mundo também é evidente no vasto trabalho iconográfico e etnológico realizado pelas historiadoras Fontanel e D'Harcourt (2010) em torno da história dos sentimentos relativos ao bebê ao longo dos séculos em diferentes culturas. No Brasil, por exemplo, dos bebês das amas de leite nascidos por parteiras em casa, passando pelos bebês das rodas de expostos até chegarmos aos bebês das creches, são muitas as representações que circulam, bem como os modos de relações com eles.

A construção de um estatuto próprio da infância e das suas culturas compõe um conjunto de produções nas ciências sociais. O campo da Sociologia da Infância, embora tenha consolidado a ideia de que as crianças são agentes sociais e produtoras de cultura, raramente tem incluído as experiências dos bebês (COUTINHO, 2010). Abordagens estruturais que presumem a inclusão dos bebês na categoria geracional da infância, simplesmente, ou as que se fundamentam numa suposição da idade específica, têm sido questionadas. A afirmação de que os bebês são atores sociais, por exemplo, carece ser transformada em um problema de pesquisa na direção de compreender se, e em quais condições, eles têm sido, de fato, atores sociais.

Em suma, os estudos sobre bebês³ nas ciências sociais e humanas, embora minoritários em relação aos estudos sobre a criança mais velha, reivindicam a necessidade de olhar os bebês nos processos próprios de constituição nas relações sociais. Há, nestes estudos, evidências da insuficiência de extensão teórica e metodológica para apreender a complexidade do ser bebê culturalmente situado (TEBEB e ABRAMOWICZ, 2018). Há, ainda, uma exposição dos paradoxos contemporâneos que cercam as condições de vida dos bebês: ora desejados e considerados como bibelôs das famílias; ora radicalizados pela barbárie humana. Entre um extremo e outro, diríamos que o *ser bebê* está no centro de uma reinvenção epistemológica sobre a condição humana.

Nesse sentido, o direito à educação infantil para os bebês levanta uma discussão importante acerca da inserção dos mesmos nos espaços públicos e das formas de organização da sociedade para atender a esta demanda. A noção contemporânea de direito avança e coexiste em relação à necessidade das famílias. Em 2016, 3,4 milhões de crianças de 0 a 3 anos de idade foram matriculadas em creches brasileiras, o que representa um percentual de 32%⁴ das crianças deste agrupamento etário. Sendo assim, nosso objetivo é compreender o que as pesquisas no campo da Educação Infantil têm avançado na compreensão da presença cada vez maior dos bebês em creches.

³ Encontramos referências à uma nova Ciência dos bebês denominada *Bebêlogia* no livro *Objectif bébé: Une nouvelle science - la bébologie* (PARSEVAL e BIGEARGEAL, 1985). As autoras criticam concepções sobredeterminadas acerca do que é um bebê e sua idealização que preconiza padrões educacionais cada vez mais precisos. Recentemente, Gabriela Tebet organizou o livro *Estudos de bebês e diálogos com a Sociologia* (2019), em que reúne trabalhos nacionais e internacionais sobre bebês com base em perspectivas das ciências sociais.

⁴ Os dados são do Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018.

Percurso metodológico

Uma busca sistemática foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), bases ainda não analisadas em pesquisas bibliográficas anteriores (por exemplo, ROSEMBERG, 2014; ROCHA e GONÇALVES, 2015). Os descritores utilizados foram “bebês”, “creche”, “criança de 0 a 3 anos”, “Educação Infantil”. O recorte temporal foi estabelecido entre os anos 2000 e 2018. Todos os títulos e resumos foram lidos e eliminaram-se artigos relacionados exclusivamente às áreas da saúde e a crianças mais velhas que 24 meses, bem como artigos que apenas tangenciavam a presença dos bebês nas instituições de Educação Infantil. Definidos os critérios de filtro, foram selecionados 81 artigos, a maioria de autoras brasileiras e algumas traduções de trabalhos internacionais. A análise desta produção é importante para compreender as concepções de bebê que orientam estes estudos, os domínios teórico-metodológicos que os sustentam e os avanços e limitações que marcam a constituição de um campo de estudos sobre bebês no país.

A leitura dos resumos propiciou uma categorização inicial em temas emergentes e, após a leitura completa dos artigos, houve um refinamento das categorias e foi realizado um cruzamento com as categorias explicitadas em outras investigações que realizaram pesquisas bibliográficas relativas aos bebês em instituições de Educação Infantil. Fúlvia Rosemberg (2014), por exemplo, a partir de um levantamento de teses e dissertações no Portal da CAPES com o termo *creche*, concluiu que as áreas que se interessam pelo tema são Educação, Psicologia, Serviço Social, Medicina e Nutrição. A creche e os sujeitos bebês não são objetos de discussão em áreas como Comunicação, Economia, Arquitetura, Antropologia, Sociologia e História. Nesse sentido, a autora aponta que os bebês não constituem uma preocupação nacional nem foco do incentivo de pesquisas por agências de fomento e defende, por fim, que há uma *privatização do bebê* como aquele que pertence ao âmbito familiar. Em levantamento anterior (SILVA e NEVES, 2018), constatamos que há uma expansão das pesquisas na última década, apesar das discussões estarem concentradas nos eventos dos campos da Educação Infantil e da Psicologia, com tímida inserção, por exemplo, nos eventos de Didática, Formação de Professores, Currículo, Política Educacional e Avaliação. Assim, os bebês estão sendo paulatinamente inseridos na pauta das pesquisas e das políticas públicas.

Rocha e Gonçalves (2015) agruparam as 25 pesquisas de mestrado e doutorado brasileiras defendidas entre 2008 e 2011 sobre a educação de bebês e crianças pequenas em quatro temáticas de estudos sobre: (i) *a especificidade docente*, (ii) *as práticas pedagógicas*, (iii) *o desenvolvimento infantil* e (iv) *a função social da creche e relações com a família*. As autoras concluíram que estas pesquisas indicam especificidades do trabalho educativo e possíveis caminhos para a docência com os bebês: a organização do trabalho pedagógico com foco nas rotinas de alimentação, higiene e sono; o posicionamento empático das professoras; a defesa da participação e das múltiplas expressões dos bebês; a docência compartilhada e a relação com as famílias. A centralidade das práticas pedagógicas também aparece nos trabalhos da ANPEd (BUSS-SIMÃO et al, 2015; SILVA e NEVES, 2018). Esta tendência representa um avanço da produção que focalizava a inserção da

creche no sistema público de ensino nos anos 1990 para uma preocupação com as práticas pedagógicas com estes sujeitos de pouca idade.

O quadro 01, a seguir, indica como o campo de estudos que emergiu no Brasil no final dos anos 1970 denominado *Estudos sobre interação criança-criança* reúne um conjunto de publicações importantes sobre a inserção dos bebês na Educação Infantil, os arranjos espaciais e a relação entre eles, professoras e a materialidade. A trajetória destes estudos atesta a construção de um campo de estudos sobre bebês no país e supera, em quantidade, as publicações sobre práticas pedagógicas identificadas em outros levantamentos.

Quadro 01: Categorização dos artigos disponíveis no *SciELO* e Portal de Periódicos da CAPES (2000 – 2018)

Temas		Artigos
Revisão de literatura		06
Práticas educativas		11
Redes de interações	Interações entre bebês	24
	Interações com as famílias	08
	Interações educadora-bebê	09
Formação de professoras		07
Perspectivas teóricas		12
Perspectivas metodológicas		04
TOTAL		81

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Na categoria *revisão de literatura* (06), reunimos trabalhos que analisam a produção do conhecimento sobre bebês no país. *Práticas educativas* (11) nomeia o conjunto de trabalhos que prioriza a organização política e pedagógica dos contextos institucionais. Os trabalhos sobre as *redes de interações* (41) que envolvem os bebês, as famílias, as professoras e a materialidade nas instituições possuem uma representatividade significativa considerando o universo total dos artigos (81). Tais interações aparecem categorizadas a partir do foco da lente de análise dos autores. Por exemplo, *a interação com as famílias* (08) foi ponto central da discussão no período da inserção da creche nos sistemas de ensino, coexistindo ainda com trabalhos que têm buscado cada vez mais compreender as ações dos bebês entre eles e com as professoras. As *interações entre bebês* (24) foram posicionadas como uma categoria específica, considerando a trajetória de pesquisas nessa área e sua relevância para compreender a própria discussão da Pedagogia com bebês. Ao estabelecermos fronteiras entre as categorias *formação de professoras* (07) e *interações educadora-bebê* (09), explicitamos o reconhecimento de um campo específico relativo à especificidade da docência com bebês. Na interface com a área da Psicologia, a construção da relação afetiva entre as educadoras e os bebês, de outra maneira, constitui um lugar de fala específico que merece aprofundamento. Já os trabalhos relativos às *perspectivas metodológicas* (04) tratam da especificidade da pesquisa com bebês e avançam na compreensão de que essas redes de interações precisam ser consideradas. E, por fim, na

categoria *perspectivas teóricas* (12), os artigos analisam ou propõem concepções e conceitos constituintes da educação de bebês.

Em princípio, a produção analisada (i) levanta a necessidade de enfrentamento da compreensão do bebê que avance em relação à noção de agrupamento etário; (ii) aponta uma busca pela compreensão acerca do que os bebês fazem quando estão juntos; e (iii) potencializa o processo de constituição de um campo de estudos sobre bebês impulsionado pela inserção crescente destes sujeitos em contextos coletivos de cuidado e educação nas duas últimas décadas. É, pois, sobre estes pontos que nos debruçaremos neste texto.

Quem são os bebês das/nas pesquisas em educação?

Como os bebês são constituídos em diferentes contextos culturais? Como têm sido representados nas produções científicas que sustentam uma abordagem sobre educação de bebês? Tais perguntas constituem problemas indispensáveis à compreensão das capacidades dos bebês. Argumentamos que a categoria bebê deve ser problematizada, bem como a matriz social de suas vidas. Nesse sentido, a convenção ocidental de que a idade do bebê começa no nascimento é tensionada por tradições que consideram os bebês como pessoas ainda na barriga da mãe, a serem completadas pelo social. Além disso, a independência locomotora, sinalizada pelo andar, e a apropriação da linguagem verbal não obedecem a predisposições exclusivamente biológicas. E, finalmente, o próprio estágio de bebê pode não estar presente em diferentes culturas (GOTTLIEB, 2009). A etnografia feita por Alma Gottlieb (2012) com bebês Beng no Oeste da África é mencionada em algumas produções (CASTELLI, 2013; TEBET e ABRAMOWICZ, 2018) na tarefa de suspender o juízo da existência de um bebê padrão fora da cultura. A observação densa das práticas diárias com bebês e seus modos de ação sustenta a ideia de que qualquer critério para definição de quem pode ou não ser considerado bebê, incluindo as marcas do desenvolvimento como andar e falar, a idade de início e término e as práticas de cuidado, são construções culturais.

A marca da diferença dos bebês no grupo geracional da infância está presente nas discussões analisadas. Por exemplo, a introdução de uma concepção horizontal de socialização das crianças pela Sociologia da infância interpretativa sublinha o que acontece entre pares e indaga a visão estrutural funcionalista que parece ter muito clara a fronteira de idade (SIROTA, 2007). Nas pesquisas analisadas em nosso *corpus* e também em outro levantamento (SILVA et al, 2017), a indefinição das fronteiras da idade do bebê permanece paradoxal. Assim, dos 81 artigos analisados, 37 se referem aos bebês com idade entre 0 e 24 meses, 23 artigos definem bebês entre 0 e 18 meses e 21 artigos não mencionam a questão da idade.

De um lado, as pesquisas têm produzido discursos mais flexíveis e estendidos sobre os bebês, evidenciando o que acontece entre eles nas instituições de educação infantil, sem preocupação com um calendário de idades rígido (por exemplo, COUTINHO, 2014; RICHTER e BOURSCHEID, 2014). De outro, no campo das políticas recentes de currículo, há uma segmentação das idades e a visibilidade da precocidade da vida pública como valor social e pedagógico. Na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), por exemplo, bebês são aqueles cuja vida pós uterina soma, no máximo, 18 meses. A partir daí temos as

designações crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Diversas são as formas de inclusão dos bebês em categorias como atores sociais, agentes, pessoas, sujeitos de relações, sujeitos ativos, sujeitos de direito, seres pré-individuais, uma vida de potência e possibilidades. Essas categorias são relativas a campos teóricos referendados em nosso corpus: a Sociologia da Infância, a Filosofia pós-estruturalista, a Psicologia do desenvolvimento, a Psicologia Histórico-cultural e a Psicanálise. São, pois, estes cinco domínios que embasam a explicitação do bebê como categoria ontológica.

As tentativas de “conceituar” o bebê na interface entre a Sociologia da Infância e a Filosofia configuram-se como uma vertente afirmativa no sentido de incluir os bebês como uma subcategoria específica que compõe a categoria geracional da infância. Tal diálogo questiona representações sobre os bebês como seres passivos e busca inaugurar uma fase de reconstrução teórica capaz de suprimir o viés da extensão conceitual que ainda figura nas discussões (TEBET e ABRAMOWICZ, 2014). O argumento principal é o de que os conceitos utilizados para designar as crianças e a infância enquanto coletividade, como cultura de pares e reprodução interpretativa (CORSARO, 2011), só existem em potência para os bebês. Tebet e Abramowicz (2014) recorrem a temas da filosofia de Deleuze e Guatarri (2000) e Simondon (2003) para construir um conceito de bebê como ser singular, pré-individual. Esta reconstrução representa uma rejeição das epistemologias hegemônicas sobre as crianças e a explicitação de que a categoria bebê expressa, por si só, uma condição humana peculiar.

A afirmação de que os bebês são atores sociais é feita, na maioria das abordagens com maior aproximação à Sociologia da Infância, com a devida suspeição de que a ação social não se dá a despeito das condições e constrangimentos estruturais, ainda que a noção geral de estrutura seja insuficiente para compreender a singularidade da vida dos bebês. Assim, alguns trabalhos buscam entender o bebê como participante da dinâmica da sociedade e de diversos espaços (SILVA e MÜLLER, 2017, por exemplo). São trabalhos recentes que convergem com estudos sobre participação e cidadania das crianças que, a nosso ver, problematizam discursos sobre inserção, inclusão e modos de participação dos bebês nas Pedagogias da infância.

Algumas produções sobre o desenvolvimento humano na interface entre Psicologia e Educação discutem o caráter de prematuridade e inferioridade historicamente imputado aos bebês. A concepção de que o bebê “é um *ser que nasce bastante imaturo* do ponto de vista motor”, mas com características perceptuais já bastante desenvolvidas, sustenta as produções do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano e Educação Infantil da Universidade de São Paulo – CINDEDI/USP (FRANCHI e VASCONCELOS, et al, 2003, p. 293). Notamos, nesta produção, uma recorrência a abordagens da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Histórico-cultural, o que sustenta a hipótese de que a desvantagem biológica em relação ao poder hierárquico atribuído aos mais velhos de nossa espécie é fundamental para a constituição cultural dos bebês.

Outra tentativa de pensar o bebê teoricamente está ligada a uma concepção de *bebê como pessoa com pontos de vista e desejos* (DELGADO e NÖRNBERG, 2013). Tal concepção baseia-se nos estudos psicanalíticos de Françoise Dolto (1985) e pós-estruturalistas de Liane Mozère (2007), fundamentando proposições de uma pedagogia feita com os bebês sem assujeitá-los. A premissa defendida é a de que cada bebê é uma pessoa com subjetividade distinta e de que o processo de individuação é mediado pela relação de cuidado.

Assim, o avanço na produção analisada situa-se na explicitação de que os bebês são pessoas singulares em relação ao coletivo de crianças que já andam e se comunicam por meio da linguagem verbal (BARBOSA, 2010). A maior dependência dos cuidados adultos impacta na condição docente e nas práticas educativas e isto é ratificado nos estudos analisados. Contudo, é importante que as pesquisas demonstrem processos de constituição dos bebês na Educação Infantil que não se restrinjam exclusivamente à faixa etária, embora a designação de que os bebês são crianças de 0 a 18 meses (conforme Lei 13.415/2017) seja essencial na política educacional e organização administrativo-pedagógica.

Nossa concepção de bebê envolve a compreensão de um ser humano que instaura e atualiza o mundo como lugar do novo, do desconhecido, a ser explorado, conquistado, apropriado, transformado. As ações dos bebês evidenciam esse movimento em direção à exploração do mundo sensível. Sua dependência absoluta no começo da vida é a primeira singularidade da constituição desse humano, que agrega valor à interação social como pilar das práticas culturais. A inserção nestas práticas enseja a possibilidade de produzir uma situação social de desenvolvimento, pois exige o esforço de construir a atenção, a comunicação e a relação com outros. Além da dimensão da idade cronológica, é um ser que, simultaneamente, é potente e vulnerável. Potente em sua atribuição de sentidos aos acontecimentos, na inserção e transformação dos contextos histórico-culturais dos quais participa desde o nascimento. Vulnerável, *virtuosamente incompleto*, o bebê demanda grande sensibilidade dos adultos que dele cuida e educa. O acolhimento e a empatia dos adultos são socialmente situados e relacionam-se com a expectativa que esses têm a respeito dos bebês, sendo essenciais para que a constituição dos mesmos como pessoas se realize. A ideia de potência e a agência dos bebês, então, se constitui na ação com o Outro e não deve esconder sua fragilidade e dependência. Ou seja, a dependência, nesse caso, se dá em processos de alteridade. Esse posicionamento quer evitar o risco de manutenção de dualismos que, ao focalizar a agência dos bebês possa omitir sua dependência dos cuidados de adultos ou desconsiderar o cuidado como ética nas relações professora-bebê na Educação Infantil.

Uma abordagem da condição humana bebê representa um passo à frente de descrições de seus perfis e características. Tal condição, quando colocada no debate público da educação, funda-se na ideia do cuidar do outro como uma questão social e política para além do domínio privado. Esta discussão está presente em trabalhos anteriores (SILVA, 2017), nos quais defendemos que o cuidado constitui princípio fundante da humanidade e, ao mesmo tempo, a condição da continuidade da vida. O significado, eminentemente pedagógico desta aceção está, pois, na consideração de que a ação humana orientada pelo cuidado deve levar em conta a condição de incompletude e finitude dos seres humanos. Cuidar é, então, ação humana assumida tendo em vista a alteridade, a formação do ser e o envolvimento e a transformação do eu e dos

outros. Se o cuidado é considerado como essencial ao projeto de humanidade e indispensável à preservação da vida, então, o cuidar é uma ética das relações entre pessoas sem a qual o processo educativo não teria sentido. O cuidado de bebês pensado como ética da alteridade é, nessa perspectiva, o fundamento da existência da educação coletiva. A compreensão da inserção dos bebês na Educação Infantil e sua interlocução com os estudos sobre cuidado é, ainda, frágil na área como será discutido a seguir.

Tendências da produção de conhecimento sobre bebês em contextos de educação e cuidado

Não seria a presença dos bebês em contextos coletivos de educação e cuidado regulados pelo Estado, propulsora de uma outra concepção de docência e práticas educativas na Educação Infantil? Nesse sentido, como o campo de estudos de bebês e a constituição da área de Educação Infantil estão relacionados? Uma das lacunas na produção científica nacional é a perspectiva histórica no campo das políticas de atendimento aos bebês e às práticas de cuidado nas instituições. Não foi identificado, no âmbito dos trabalhos analisados, nenhum estudo que tratasse da inserção dos bebês nas instituições educacionais e que tivesse adotado tal perspectiva. Em grande parte dos artigos, há a inclusão de seção sobre o percurso de consolidação das instituições educativas de atendimento aos bebês, com menção à história social da criança no Brasil e aos registros das formas de acolhimento aos bebês abandonados desde 1726 (CASTELLI e MOTA, 2013, por exemplo). Há alguns trabalhos que indicam a importância das lutas de feministas para desmistificar o caráter negativo atribuído a essas instituições (HADDAD, 1987, por exemplo). Portanto, há uma história das creches, mas sem o registro de uma história dos bebês e seus cuidadores. Isto significa que os artigos analisados, especificamente os que agrupamos como *práticas educativas*, perfazem uma trajetória da forma de atendimento e do processo de construção identitária das instituições educativas sem, entretanto, posicionar o bebê como sujeito das disputas em torno dos interesses diversos envolvidos.

Localizamos um único trabalho recente (CASTELLI e DELGADO, 2017) de *revisão de literatura* que se debruçou na discussão das ideias sobre os bebês que têm circulado no Brasil desde séculos passados. Situado na fronteira entre história social e educação, este trabalho mostra como sentimentos relativos aos bebês influenciam e são influenciados por suas atividades. O bebê confinado no domínio doméstico, quase invisível ao público geral, difere muito do bebê das creches que se relaciona com coetâneos: os bebês brincam e falam com o corpo (MENDES e SEIDL de MOURA, 2004; COUTINHO, 2014), constroem significações e regulam as ações uns dos outros (AMORIM e ROSSETTI-FERREIRA, 2008; COUTINHO, 2011), interrogam as práticas pedagógicas (BARBOSA, 2010).

O cuidado diário com bebês fora do ambiente doméstico tem sido, de fato, uma questão para autores preocupados com os impactos desta mudança de ambiente educativo no desenvolvimento dos bebês. Esta vertente começa com as discussões de Rossetti-Ferreira e Carvalho, nos anos 1970, que impulsionam muitas investigações sobre a inserção e adaptação dos bebês na creche (AMORIM et al., 2012). A institucionalização educacional desdobra-se em discussões acerca das relações educadora-bebê, das relações

com as famílias e das interações entre bebês. Desse modo, a dimensão relacional com outros adultos não familiares, de modo especial a *relação educadora-bebê*, é enfatizada nas produções de Programas de Pós-graduação em Psicologia que analisam, especificamente, a substituição temporária da mãe. Nestas produções são tematizadas as transformações nas relações entre professoras e bebês como formas de cognição social (ALMEIDA, 2006; ALMEIDA e ROSSETTI-FERREIRA, 2014), a construção do laço afetivo e da responsividade (BRANDÃO E KUPFER, 2004; BRESSANI et al, 2007). Tais análises não estabelecem relações com estudos acerca das profissionais de creche a partir da formação universitária, da carreira e da profissionalidade. Há, nos artigos analisados, uma sistematização de uma visão positiva sobre o papel da professora em contextos de crescente demanda por serviços de cuidado e educação nas creches. Da mesma forma, há uma certa contraposição aos estudos sobre a relação mãe-criança que predominaram nos anos 1960 e a construção da noção de um *substituto materno* (ANJOS et al, 2004) que, aos poucos, foi sendo suprimida da literatura sobre Educação Infantil.

Quem é este outro adulto, que não os pais, que vai inseri-lo em determinados contextos e práticas? Que consequências esta inserção tem para o seu desenvolvimento? Tais indagações apoiam muitas investigações sobre a inserção do bebê na creche. A angústia das mães, as concepções das educadoras sobre o choro, o modo como as famílias vivenciam a inserção e as consequências para o bebê (MARTINS et al, 2014), as estratégias que bebês desenvolvem para adaptação à creche (RAPOPORT e PICCININI, 2001a) e o ajustamento de expectativas das famílias e das educadoras (MARANHÃO e SARTI, 2008) representam algumas linhas do debate sobre este tema. Apesar das divergências em torno do uso dos termos adaptação e inserção (BOSSI et al, 2014), há uma concordância de que este processo é complexo para o bebê, para as educadoras e famílias (SANTOS e MOURA, 2002). A ênfase na díade mãe-bebê e nos processos de separação e individuação tem dado lugar a uma complexa trama de relações que ocorrem quando o bebê é inserido em um ambiente coletivo. A partir da observação e descrição das ações dos bebês frente à inserção nesse outro contexto, além de revisões da literatura estrangeira, a tendência tem sido afirmar o modo como os bebês aprendem a transitar entre o ambiente familiar e o institucional (MELCHIORI e ALVES, 2001).

Os estudos acerca das *práticas educativas* reafirmam a necessidade de considerar os bebês como capazes, potentes, ativos, sujeitos de direitos de aprendizagem. A singularidade dos bebês acentuada na diferença de linguagem, principalmente, com desdobramentos nas especificidades da ação pedagógica, das relações, interações e atividades, constitui um foco dessa literatura (RICHTER e BARBOSA, 2010; CASTELLI e MOTA, 2013). Assim, com base nas relações entre fragilidade e potência, são registrados modos de falar dos bebês que desafiam a compreensão dos seus gestos, expressões, quereres e saberes. Essas produções do campo da Pedagogia (ROCHA et al, 2014; BARBOSA, 2010) têm se dedicado à compreensão de aspectos relacionados à prática pedagógica (rotinas, currículo e ação educativa) e, em menor expressão, à política educacional (por exemplo, DIDONET, 2001; VASCONCELLOS, 2015).

As descrições densas de ações dos bebês em interações entre eles e suas professoras são ainda recentes na produção do campo da Pedagogia, problematizando as grandes narrativas e oferecendo indicativos importantes para as práticas pedagógicas (COUTINHO, 2014; DELGADO, MULLER e NÖRNBERG, 2013;

RICHTER e BOURSCHEID, 2014; SIMIANO, 2016). Há uma perspectiva interdisciplinar nas produções sobre práticas educativas em torno das concepções de infância, criança, aprendizagem e desenvolvimento, mas há, de modo particular, uma referência maior a abordagens de Pedagogias da Infância autoexpressivas e participativas (GOBATTO e BARBOSA, 2015). Estas produções têm ecoado nas políticas de currículo de Educação Infantil desde 2009, explicitamente na BNCC (BRASIL, 2017), a partir da indicação de arranjo curricular em Campos de Experiências que já vigora no currículo italiano (FINCO et al., 2015). Por outro lado, na política de formação de professores, apesar dos debates sobre a necessidade de uma Pedagogia com bebês, o estágio é inicial e exploratório.

É incipiente, na produção analisada, uma articulação com outras áreas, como a Sociologia do Trabalho e da Saúde, por exemplo, para aprofundar a discussão sobre o cuidado, conforme já iniciada em pesquisas da Educação Infantil (DUMOND e SILVA, 2017). Maranhão e Sarti (2008) incluem o diálogo com o campo da Saúde e referência aos estudos feministas sobre ideologias que reforçam a primazia da socialização primária, o papel da mulher nos cuidados e os sentidos da creche. Algumas narrativas de experiências de professoras de berçário expressam concepções de cuidado como atendimento às necessidades dos bebês, como mediador da criação de vínculos e, ao mesmo tempo, como propulsor de sentimentos contraditórios por parte delas. Outros estudos (POLLI e LOPES, 2017) demonstram como as múltiplas expressões dos bebês são essenciais para que sejam cuidados de uma forma ou de outra e dão pistas de que as relações afetivas e de cuidado constituem uma das especificidades do trabalho docente com bebês.

O tema da *formação das professoras* de bebês focaliza as crenças e saberes das professoras sobre determinadas dimensões, tais como o desenvolvimento, a adaptação e a alimentação dos bebês (OLIVEIRA, 2001; MELCHIORI e ALVES, 2001; RAPOPORT e PICCININI, 2001b; SHIMABUKURO et al, 2008). Autoras que propuseram uma reflexão sobre a docência com bebês (ROCHA et al, 2014; ARENHART et al, 2018), cotejam os sentidos atribuídos a essa docência com as relações sociais dentro e fora da creche, estreitando as discussões do campo da profissionalização e dos saberes a partir da ideia de cuidado com o corpo. A interlocução com as teses de profissionalização, precarização, flexibilização, no entanto, que subjaz as discussões da Sociologia das Profissões, parece ser rejeitada. Talvez seja uma alternativa para construir outras narrativas que deem conta das experiências sociais das professoras de bebês que não pese sobre uma abordagem essencialista da relação adulto-criança ou que esteja centrada no profissionalismo regulado pelas relações de trabalho. A evidência da esparsa discussão sobre profissionalização e formação é ainda maior se consideramos outros profissionais de cuidado na creche, como as auxiliares de apoio (BITENCOURT e SILVA, 2017). Constitui-se como desafio, portanto, a demarcação da especificidade da docência com bebês, acentuada pelo cuidado com o corpo, e as relações tanto com a profissionalização quanto com a política nacional de formação de professoras na Educação Infantil, bem como de outros profissionais do cuidado.

Se, por um lado, a produção da área de Pedagogia tem destacado as práticas pedagógicas com bebês, por outro, foi o campo da Psicologia que primeiro focalizou o bebê e as interações entre eles nas creches (RAPPOPORT e PICCININI, 2001a; AMORIM et al, 2012), constituindo uma área de pesquisa no país e elevando a quantidade de estudos sobre estas questões (Quadro 01, página 05). Os temas destas produções

indicam que a atenção se volta ao bebê na creche, inicialmente, observando sua separação da mãe. A trajetória das pesquisas sobre interações no CINEDI questiona a teoria do apego e inclui discussões sobre arranjos espaciais e os processos de significação pelos bebês, de produção da subjetividade e de desenvolvimento da linguagem e da brincadeira, reconhecendo as creches como ambientes de desenvolvimento. Essas produções representam uma tendência de entendimento das interações como fenômeno interpsicológico que merece aprofundamento, sobretudo porque a questão da interação e da brincadeira passaram a constituir eixos do trabalho pedagógico na Educação Infantil a partir de pesquisas deste grupo.

Os avanços na compreensão *teórico-metodológica* nas produções nacionais sobre quem é este sujeito e sobre dimensões da prática educativa e da pesquisa com bebês podem ser assim sintetizados: (i) estudo do desenvolvimento humano como rede de significações (ROSSETTI-FERREIRA et al, 2000); (ii) estudo sociológico de como as ações sociais dos bebês se estruturam na creche (COUTINHO, 2014); (iii) demarcação da experiência dos bebês como constituidoras de contextos e de processos de individuação (TEBET e ABRAMOWICZ, 2014). Aliás, estas duas primeiras compreensões sobre as interações e ações sociais dos bebês representam, consideravelmente, as mais citadas em outros trabalhos. Os avanços elencados têm relação com a construção das interações entre os bebês em ambientes coletivos para a compreensão do desenvolvimento humano, com a construção de Pedagogias, bem como com o aumento das abordagens interdisciplinares nas pesquisas, como demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 02: Domínios teóricos da produção sobre bebês – Scielo e CAPES (2000 – 2018)

Domínio teórico	Quantidade de artigos
Antropologia	02
Estudos interdisciplinares	21
Filosofia	03
Geografia	02
História social	01
Psicanálise	02
Psicologia do Desenvolvimento	19
Psicologia Histórico-Cultural ⁵	22
Sociologia da Infância	06
Sociologia Feminista	03
Total de trabalhos	81

Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

Mesmo com predomínio teórico da Psicologia, que somados os trabalhos de diferentes correntes chega ao total de 41, nota-se o avanço de abordagens interdisciplinares nas construções teórico-metodológicas de alguns grupos. Trata-se de trabalhos com abordagem sociológica que fazem fronteiras pouco definidas com a

⁵ A denominação Psicologia Sócio-histórica é mais utilizada nestes trabalhos.

Antropologia, Sociologia e Filosofia (COUTINHO, 2009, 2011; TEBEB e ABRAMOWICZ, 2014). Ou seja, são trabalhos que têm origem nos novos Estudos Sociais da Infância e na conclusão do “não lugar” ocupado pelos bebês nestes Estudos (COUTINHO, 2009). Podemos dizer ainda que a crescente vinculação dos estudos sobre bebês com a área da Educação já reclama maior interdisciplinaridade.

A linha 02 do quadro acima registra que o número de trabalhos com uma abordagem interdisciplinar (21), apesar do cuidado que esta configuração exige, tem avançado na última década em relação, por exemplo, ao número de trabalhos fundamentados exclusivamente na Psicologia do Desenvolvimento. Ou seja, a tendência recente de abertura disciplinar parece ascender da discussão acerca da ação pedagógica com bebês, evidenciando um campo de estudos dos bebês que reivindica um lugar nas ciências da Educação. Acreditamos que a demarcação de um lugar interdisciplinar no conjunto das produções é fundamental, pois tornam visíveis a potencialidade e os desafios da inserção dos bebês nos espaços públicos, além da complexidade de compreender os bebês culturalmente situados.

O recurso a diferentes domínios teóricos como a Geografia, História e Antropologia derivam dos esforços de compreender as ações dos bebês. O recurso específico a conceitos da Psicanálise é observado nos trabalhos sobre interações entre bebês e professoras; e da Sociologia Feminista, em uma produção sobre os sentidos da creche para as famílias. A perspectiva filosófica da experiência dos bebês em creches ocupa-se da gênese do indivíduo e formula princípios para uma *Pedagogia do contato* (NÖRNBERG, 2013).

Há iniciativas importantes de sistematização de perspectivas teórico-metodológicas próprias, como a *Rede de Significações* (ROSSETTI-FERREIRA et al, 2000), na intenção de compreender o processo de desenvolvimento que envolve os processos de transformação das pessoas em interação e dos contextos nos quais estão inseridas. Este é um fundamento da adoção de métodos de acompanhamento com os registros em áudio e vídeo, e da análise microgenética com a finalidade de oferecer um retrato amplo e complexo do sistema de relações em que o bebê está inserido e as mudanças que ocorrem com o tempo. A observação prolongada e as formas de registro citadas são pontos comuns na pesquisa com bebês no Brasil e representam os maiores avanços em termos de método e abordagem (BUSSAB, PEDROSA e CARVALHO, 2007; SAULLO et al, 2013).

A análise microgenética (ROSSETTI-FERREIRA et al, 2009) e cartográfica (TEBET, 2015) de episódios de interação são alguns modos de organizar, categorizar e analisar os dados, combinando metodologias visuais de registro e de acompanhamento do cotidiano. A seleção de episódios para descrição e análise perpassa os estudos, no intuito de oferecer padrões sobre determinadas dimensões da interação. Outra tendência relaciona-se a um *meta-olhar* sobre o fazer do pesquisador e os caminhos da investigação (FRANCHI e VASCONCELOS; ROSSETTI-FERREIRA, 2002), indicando a complexidade de captar o cotidiano dos bebês.

Considerações finais

A necessidade de demarcação de um campo de estudos sobre bebês sustenta-se na insuficiência de epistemologias outras, mas, e de modo especial, na propagação das ideias de que há algo “novo”, “singular” e “complexo” que acontece quando os bebês estão juntos. É uma novidade no sentido de uma gramática cultural construída neste interstício de mundos: o dos adultos, dos bebês e da materialidade. É singular porque construída em uma verticalidade de corpos, por gestos, olhares, sorrisos, choros, balbucios. É complexo por tudo isto que é difícil de captar por metodologias experimentais ou métodos hipotético-dedutivos. O objeto de conhecimento desse campo epistemológico são as vivências/experiências dos bebês que, na sociedade contemporânea, têm sido construídas em contextos mais largos. Há, neste movimento de afirmação de um campo, a intenção de problematizar os discursos sobre bebês nas ciências diversas. Mais que isto, conjuga o esforço de reunir as produções nacionais e a demanda por metodologias específicas para ampliar saberes que se distinguem dada a especificidade do tempo humano estudado. Desse modo, um fundamento ontológico justificaria um campo de estudos sobre bebês: o cuidado como produção da existência de bebês em contextos de coletividade. Trata-se de conhecer os bebês a partir do fato e nas configurações de serem cuidados por outros atores sociais desvinculados dos círculos familiares. Este fundamento ontológico ancorado no cuidado coletivo de bebês que estão posicionados na sociedade em condições distintas de outras pessoas justifica uma epistemologia própria.

Apesar do número inferior em relação às produções sobre crianças maiores, é inegável que a produção científica sobre bebês no país tem crescido em concomitância com o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica desde 1996 (Lei 9.694/1996). A centralidade da discussão sobre o tornar-se bebê em instituições de educação infantil, ou seja, um/a bebê em contextos de relação com pares e outros adultos fora da família tem privilegiado, nos anos recentes, as experiências dos bebês e o modo como esta experiência interroga a ação e os saberes docentes. Portanto, a questão dos recortes etários definidos no campo da política de Educação Infantil e a questão das marcas de desenvolvimento que, em tese, seriam utilizadas para a definição de quem é ou não bebê, precisam ser melhor compreendidas e enfrentadas pelas produções da área.

A produção analisada focaliza o que acontece quando os bebês estão juntos e na natureza desta interação com consequência para as práticas educativas. Torna-se explícito que compreender as interações dos bebês em contextos coletivos tensiona, cada vez mais, fronteiras disciplinares rígidas, inclusive do ponto de vista metodológico. Contraditoriamente, os trabalhos sobre práticas educativas com bebês como objeto da Pedagogia da Infância, não aprofundam, nos limites dos artigos analisados, uma discussão sobre currículo, avaliação, literatura infantil, inclusão, formação de professoras e outros profissionais.

Incoerente com a ideia de que o cuidado coletivo é fundamento de um campo de estudos sobre bebês no Brasil, o cuidado como dimensão da relação adulto/bebê não é acentuado nos artigos analisados, nem como prática, tampouco como ética do trabalho docente com bebês. Ou seja, o cuidado não constitui categoria pedagógica que reúne e fundamenta o conjunto das práticas educativas. Nesse sentido, talvez seja

esta uma lacuna nas discussões da área: a análise do cuidado com bebês em contextos coletivos que, de fato, descreva a densidade dessa prática e aponte suas implicações na relação com e entre os bebês, no desenvolvimento profissional docente e na organização pedagógica. Defendemos a necessidade de um maior diálogo entre a produção acadêmica que analisa a prática educativa e a que analisa as interações dos bebês, fortalecendo a construção de uma Pedagogia da Infância que inclua os bebês.

A explicitação do termo bebê nos títulos dos trabalhos acadêmicos começa a se fazer presente, da mesma forma que tem paulatinamente aparecido o lugar do bebê nos documentos curriculares nacionais e municipais. A necessária demarcação de um lugar para os estudos dos bebês nas universidades, cursos de formação de professores e nas pesquisas simboliza, ainda, um ato de resistência no presente momento de desmonte das políticas de creche. As pesquisas relatadas nas produções concentram-se no Sul e Sudeste do país e revelam uma ausência⁶ de estudos sobre bebês em campos de pesquisa que se fortaleceram nos últimos anos, como educação do campo, indígena, quilombola, inclusiva, ou da articulação da Educação Infantil com estes campos. Da mesma forma, não há análise da relação com os bebês a partir de dimensões de gênero, etnia, classe e territórios. Esta invisibilidade dos bebês de diferentes territórios de identidade aumenta o risco da abordagem do bebê padrão na creche localizada nas metrópoles de algumas regiões do país. Talvez seja uma tarefa ainda por fazer: a sistematização de Pedagogias com bebês que incluam diversos contextos, reconhecendo que o objeto de uma Pedagogia da infância são as experiências educativas contextualizadas.

Referências

- ALMEIDA, Leila Sanches de; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Transformações da relação afetiva entre o bebê e a educadora na creche. **Análise Psicológica**, v. 32, n. 2, p. 173-186, 2014.
- ALMEIDA, Leila. A cognição social e a construção da relação educadora-bebê na creche. **Ciências & Cognição**, v. 07, p. 42-48, 2006.
- AMORIM, Katia de Souza; VITORIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 115-144, 2000, n.109, pp.115-144.
- AMORIM, Katia; ROSSETTI-FERREIRA, Clotilde. Corporeidade, significação e o primeiro ano de vida. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 60, p. 67-81, 2008.
- AMORIM, Kátia de Souza; ANJOS, Adriana Mara dos; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Processos interativos de bebês em creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 2, 2012.
- ANJOS, Adriana Mara dos; KATIA, Amorim; FRANCHI e VASCONCELOS, Cleido; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Interações de bebês em creche. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 513-522, 2004.

⁶ Recentemente foi publicado um dossiê sobre *Antropologia com bebês e suas cuidadoras* (2019) na Revista *Áltera* de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Esta publicação pode ser considerada um passo inicial na consideração de que os bebês estão em outros lugares que não nas creches. Os artigos incluem discussões e resultados de pesquisas com bebês com microcefalia e suas cuidadoras, bebês nas famílias, em práticas religiosas, em comunidades tradicionais que lutam pela terra e nas representações de diferentes cuidadoras, como mães e profissionais da saúde.

- ARENHART, Deise; GUIMARÃES, Daniela; SANTOS, Nubia. Docência na creche: o cuidado na educação das crianças de zero a três anos. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 04, 2018.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. As especificidades da ação pedagógica com bebês. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas atuais**. Belo Horizonte, 2010.
- BITENCOURT, Laís. SILVA, Isabel de Oliveira. O cuidado e educação dos (as) bebês em contexto coletivo: a construção da experiência da auxiliar de apoio à educação infantil na interação com as professoras. **Revista Zero a Seis**, v. 19, n. 36, 2017.
- BOSSI, Tatiele Jacques Bossi et al. Adaptação à creche e o processo de separação-indivuação: reações dos bebês e sentimentos parentais. **Psico**, v. 45, n. 2, pp. 250-260, abr./jun. 2014.
- BRASIL. Lei 9. 694/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: CNE, 1996.
- BRASIL. Lei 13.415/2017. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: CNE, 2017.
- BRANDÃO, Daniela; KUPFER, Maria Cristina. A construção do laço educador-bebê a partir da Metodologia IRDI. **Psicologia USP**, v. 25 n. 3, Set./Dez. 2014.
- BRESSANI, Maria Cristina; BOSI, Cleonice; LOPES, Rita. A responsividade educadora-bebê em um berçário: um estudo exploratório. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 17, n. 3, p. 21-36, 2007.
- BUSSAB, Vera; PEDROSA, Isabel; CARVALHO, Ana Maria. Encontros com o outro: empatia e intersubjetividade no primeiro ano de vida. **Psicologia USP**, v. 18, n. 02, 2007.
- CASTELLI, Carolina Machado; MOTA, Maria Renata Alonso. A complexidade de ser bebê: reflexões acerca de sua visibilidade nas creches e nas pesquisas. **Zero-a-seis**, v. 15, n. 28, 2013.
- CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CASTELLI, Carolina; DELGADO, Ana Cristina. Entre amas de leite, especialistas, mães e creches: concepções sobre bebês no Brasil. **Revista Educação**, v. 40, n. 3, 2017.
- COUTINHO, Ângela Maria S. O corpo e a ação social de bebês na creche. **Poiésis**, Unisul, Tubarão, v. 4, n.8, p. 221-233, Jul./Dez. 2011.
- COUTINHO, Ângela Maria S. **As ações sociais dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche**. (Tese de Doutorado). Universidade do Minho. 2010.
- COUTINHO, Ângela Maria S. Os bebês e a brincadeira: questões para pensar a docência. **Da investigação às Práticas** [online], v. 4, n.2, p. 31-43, 2014.
- COUTINHO, Ângela Maria S. O estudo das relações sociais dos bebês na creche: uma abordagem interdisciplinar. **Zero a Seis**, v. 11, n. 19, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; NÖRNBERG, Marta. Do abrir-se aos pontos de vista e forças do desejo dos bebês e crianças bem pequenas. **Linhas Críticas**, v. 19, n. 38, p. 147-167, jan./abr. 2013.
- DIDONET, Vidal. Creche...a que veio para onde vai. **Em Aberto**, v. 18, n. 73, 2001.
- DOLTO, F. **Seminário de Psicanálise de Crianças**. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1985.

- DUMOND, Érica. SILVA, Isabel de Oliveira. **Aprender a cuidar**: diálogos entre saúde e educação infantil. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.
- FONTANEL, Béatrice; D'HARCOURT, Claire. **L'épopée des bébés**: une histoire des petits d'hommes. Paris: Ed. de La Martinière, 2010.
- FRANCHI E VASCONCELOS, Cleido Roberto; AMORIM, Kátia de Souza; ANJOS, Adriana Mara; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. A incompletude como virtude: interação de bebês na creche. **Psicologia**: reflexão e crítica, vol. 16, n. 2, 2003.
- FRANCHI e VASCONCELOS, Cleido Roberto; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Crianças pequenas brincando em creche: a possibilidade de múltiplos pontos de vista. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online], vol. 7, n. 2, 2002.
- GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017.
- GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa na outra vida**: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África. Tradução: Mara Sobreira. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.
- GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma Antropologia de bebês (e de seus cuidadores). Tradução: Carolina Ferreira Fagundes. **Psicologia USP**, São Paulo, julho/setembro, 2009, 20 (3), 313-336.
- GOUVÊA, Maria Cristina Soares; GERKEN, Carlos Henrique Souza. **Desenvolvimento humano**: história, conceitos e polêmicas. São Paulo: Cortez, 2010.
- HADDAD, Lenira. A Relação creche família: relato de uma experiência. **Cadernos de Pesquisa**, n.60, p.60-78, fev. 1987.
- MARANHAO, Damaris Gomes; SARTI, Cynthia Andersen. Creche e família: uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 171-194, 2008.
- MARTINS, Gabriela Dal Forno et al. Fatores associados à não adaptação do bebê na creche: da gestação ao ingresso na instituição. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v.30, n.3, p. 241-250, 2014.
- MENDES, Deise Maria; MOURA, Maria Lucia Seidl de. Desenvolvimento da brincadeira e linguagem em bebês de 20 meses. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa [online]. v.20, n.3, p. 215-222, 2004.
- MELCHIORI, Lígia Ebner; ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. Crenças de educadoras de creche sobre temperamento e desenvolvimento de bebês. **Psicologia**: teoria e pesquisa, v. 17, n. 3, p. 285-292, 2001.
- MOZÈRE, Liane. “Du côté” des jeunes enfants ou comment appréhender le désir en sociologie? In: BROUGÈRE, Gilles; VANDENBROECK, Michel (Dir.). **Repenser l' éducation des jeunes enfants**. Bruxelles: Éditions Scientifiques Internationales, 2007.

- NORNBERG, Marta. Do berço ao berçário: a instituição como morada e lugar de contato. **Pro-Posições**, v. 24, n. 3, p. 99-113, set./dez. 2013.
- OLIVEIRA, Stela Maris Lago. Crenças e valores dos profissionais de creche e a importância da formação continuada na construção de um novo papel junto às crianças e 0 a 3 anos. **Em Aberto**, v. 18, n. 73, p. 89-97, Julho de 2001.
- PARSEVAL, Geneviève Delaisi de; BIGEARGEAL J. **Objectif bébé**. Une nouvelle science, la bébologie, Paris: Ed. du Seuil, 1985.
- PINO, A. **As marcas do humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.
- POLLI, Rodrigo Gabbi; LOPES, Rita de Cassia Sobreira. Do que o bebê precisa? A função de cuidar na perspectiva das educadoras de berçário. **Interações em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2017.
- POURCHEZ, Laurence. Acolher o recém-nascido nas sociedades crioulas do Oceano Índico. Tradução: Dorothée de Bruchard. **Pro-Posições**, v. 24, n. 3 (72), p. 45-63, set./dez. 2013.
- RAPOPORT, Andrea; PICCININI, César A. Concepções de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 17, n. 01, jan-abri, 2001b.
- RAPOPORT, Andrea. O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 14 (1), p. 81-95, 2001^a.
- RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. **Educação**, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan./abr. 2010.
- RICHTER, Sandra. BOURSCHEI, Clarice. Encontros estéticos/poéticos entre música e bebês na creche. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 1, 2014.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal; GONÇALVES, Fernanda. A produção científica sobre a educação de bebês e crianças pequenas no contexto coletivo da creche. **Poiésis**, Unisul, Tubarão, v.9, n.15, p. 44 - 62, Jan/Jun 2015.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal Rocha; GIRARDI, Livia Rezende; BUSS-SIMÃO, Márcia. Experimentando a docência com bebês no estágio supervisionado: organizando espaços, brincadeiras e interações. **Zero-a-seis**, v. 16, n. 30, p. 290-303, jul-dez, 2014.
- ROSEMBERG, Fulvia. Incluir os bebês é preciso. Entrevista concedida a Camila Ploennes. **Revista EI – Educação Infantil** [online], edição 04, 2014.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; SILVA, Ana Paula. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v13, n.2, p. 281-293, 2000.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia de Souza; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil. **Psicologia USP**, São Paulo, julho/setembro, v. 20, v3, p. 437-464, 2009.

- SANTOS, Fabia Mônica Souza dos; MOURA, Maria Lucia Seidl de. A relação mãe-bebê e o processo de entrada na creche: esboços de uma perspectiva sociocultural. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n.2, p. 88-97, 2002.
- SAULLO, Rosaria; ROSSETTI-FERREIRA, Clotilde; AMORIM, Katia. Cuidando ou tomando cuidado? Agressividade, mediação e constituição do sujeito: um estudo de caso sobre um bebê mordedor em creche. **Pro-posições**, v. 3, 2013.
- SHIMABUKURO, Elaine Emy; OLIVEIRA, Mariana de Novaes; TADDEI, José Augusto de A. C. Conhecimentos de educadores de creches sobre alimentação infantil. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, n. 3, p. 231-237, 2008.
- SILVA, Elenice de Brito Teixeira. Do sentido filosófico à significação pedagógica do cuidado. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 25, p. 469-485, 2017.
- SILVA, Elenice de Brito Teixeira; CORTEZZI, Luiza; OLIVEIRA, Virgínia Souza. A produção científica sobre bebês na ANPED (2005 – 2015). **Anais do I Encontro de Estudos da Infância**, Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
- SILVA, Elenice de Brito Teixeira; NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Qual o lugar para a Educação dos bebês no ENDIPE? **Anais do XV ENDIPE**, Salvador, UFBA, 2018.
- SILVA, Lucélia; MÜLLER, Fernanda. A construção social do tempo no cotidiano de bebês na família e na creche. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 9, Jan/Abr/2017.
- SIMIANO, Luciane Pandini. Transver o mundo: um olhar sobre o lugar dos bebês no espaço da creche. **Zero-a-seis**, v. 18, n. 33 p. 22-31, Florianópolis, jan-jun, 2016.
- SIMONDON, Gilbert. A gênese do indivíduo. In: PELBART, P. P.; COSTA, R. (Org.) **Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto**. Tradução de Ivana Medeiros. São Paulo: Hucitec, 2003.
- SIROTA, Régine. A indeterminação das fronteiras da idade. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-56, 2007.
- TEBET, Gabriela; ABRAMOWICZ, Anete. O bebê interroga a sociologia da infância. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 43-61, jan./abr. 2014.
- TEBET, Gabriela. Bebês, Cartografia e Máquinas de Individuações. **Alegrear**, n. 16, Dez/2015.
- TEBET, Gabriela; ABRAMOWICZ, Anete. Estudos dos bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. **Educação Temática Digital**, v. 20, n. 04, 2018.
- VASCONCELLOS, Vera. Políticas educativas para crianças de 0 a 3 anos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 68-73, 2015.

Recebido: 26/06/2019

Aceito: 20/02/2020